



Comunicado aos Associados

Reunião na Câmara dos Deputados – Brasília – 15/06/2016 – Sobre Projeto de Lei 5276/2016 de Proteção de Dados Pessoais

Caros Associados,

Efraim Kapulski, presidente da ABEMD, cumpriu uma agenda intensa de contatos nesta quarta-feira, 15/06, na Câmara dos Deputados, para expor o posicionamento e as preocupações do setor sobre o Projeto de Lei 5276, que propõe regulamentar o uso dos Dados Pessoais, encaminhado ao Congresso em 13 de maio pelo Poder Executivo.

As reuniões foram com os deputados Sandro Alex (PSD/PR), membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão; Alessandro Molon (REDE/RJ) líder do partido e relator do PL 5276 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) André Figueiredo (PDT/CE), ex-ministro das Comunicações e eleito VP da Comissão de Trabalho e Administração Pública (CTASP) que analisará o mérito do texto, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

Efraim relatou que a ABEMD participa dos debates sobre este tema há mais de 06 anos em total sinergia com as diversas associações do setor de comunicação e que atuam no segmento de negócios de MKT de relacionamento (comércio, financeiro, automobilístico, telecom, educação, imobiliário, agências, serviços, editorial, etc) e sensibilizou os parlamentares para a necessidade de ampliar o diálogo com o setor privado.

Efraim considera que as reuniões surtiram resultados extremamente positivos:

1) ABEMD participará do Seminário que será promovido pelas duas comissões de mérito - CTASP e CCTCI, conforme requerimentos já apresentados esta semana pelos deputados Sandro Alex e André Figueiredo.

A intensa mobilização feita nos últimos 8 dias garantiu uma representativa participação do setor privado neste seminário, através de mais 11 associações empresariais:

CNI
CNC
FEBRABAN
ANBC
BRASSCOM
Câmara e-net

CNDL
CNSeg
ABRANET
Abimaq
CNF

2) Esta mobilização aumenta a chance do Governo Temer retirar a urgência constitucional definida pelo Governo Dilma e que impunha o prazo de 28 de junho.

3) Molon quer colocar texto em consulta pública como fez no Marco Civil da Internet/MCI do qual foi relator.

4) Os três deputados e suas assessorias ficaram sensibilizados com os argumentos da ABEMD expostos nas emendas de redação propostas.

Estes itens já haviam sido pactuados anteriormente, depois de inúmeras negociações, mas surpreendentemente foram alterados sem que houvesse nova consulta ao mercado.

Empresas do setor público devem sofrer as mesmas penalidades que as do setor privado.

Regra de transição: O texto do PL prevê 06 meses, que é inviável. Proposta de prazo de implementação da regulamentação passa para 1 ano.

Bases já consolidadas de acordo com a legislação continuam válidas.

Em caso de alteração da finalidade, é obrigatória a informação, mas não um novo consentimento.

Estas reuniões foram organizadas por Angela Rehem da Libertas Consultoria, que também participou de todas elas.

Comunicação e Imprensa
ABEMD
(11) 3129-3001

Links:

Um novo olhar para o marketing de relacionamento e o impacto do novo sistema de proteção de dados -

http://abemd.org.br/interno/Comunicado_assoc_consideracoes_presidente_sobre_PLs_010616.pdf

Matéria publicada no Propaganda e Marketing de 30/05/16 -

http://abemd.org.br/interno/materia_prop_marketing_300516.pdf

Sumário Executivo da ABEMD sobre as emendas ao PL 5276/2016 de Proteção de Dados Pessoais- <http://abemd.org.br/interno/Sumario-Executivo-Emendas-PL-52762016.pdf>

Projeto de Lei 5276/2016 - http://abemd.org.br/interno/PL_5276-2016.pdf